**REVISÃO DE LITERATURA SOBRE ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**

Paulo André Castro Cruz- UFAM [[1]](#footnote-1)

Lúcio Fernandes Ferreira[[2]](#footnote-2)

**E-mail:** (p.pauloandreinclusao@gmail.com)

**GT 3:** (Educação Inclusiva, Educação Especial e Direitos Humanos na Amazônia)

**Financiamento:** (FAPEAM, CAPES)

**Resumo:** Este trabalho é parte do projeto de dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas que tem como tema “Nível de satisfação dos alunos com deficiência sobre a acessibilidade no ambiente escolar”. A acessibilidade é um direito de todos e fundamentais para a inclusão, com destacado papel para uma vida com equidade. Objetivamos conhecer o estado arte sobre as produções científicas referentes a acessibilidade escolar no contexto brasileiro. A pesquisa teve abordagem qualitativa e técnica de coleta a revisão de literatura que coadunou com a análise de conteúdo cujos resultados indicaram uma insuficiência na qualidade da acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal. Faz-se necessárias melhorias significativas no contexto escolar para atender o público da educação especial.

**Palavras-chave:** Acesso Escolar; Equidade; Educação Especial; Educação Inclusiva, Direitos Humanos.

**INTRODUÇÃO**

O trabalho objetivou conhecer o estado arte sobre as produções cientificas referentes à acessibilidade escolar no contexto brasileiro para nortear estudos futuros da dissertação de mestrado da Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas com o tema “Nível de satisfação dos alunos com deficiência sobre a acessibilidade no ambiente escolar”. Objeto de discussões desde o século passado, repercutido com a declaração dos direitos humanos da Nações Unidas de 1948, por fazer parte do processo da inclusão social e de liberdade.

A educação aspira este mesmo movimento, de qualidade e equidade, onde o currículo, metodologia, técnicas e o ambiente seja para todos. A acessibilidade é fundamental para alcançar este objetivo.

Para Manzini (2015) e Manzini e Corrêa (2014) o termo “acessibilidade” refere-se às condições concretas e palpáveis que podem ser medidas, legisladas e cobradas judicialmente. Conforme Manzini (2005), esta se sedimenta em situações que podem ser vivenciadas nas condições concretas da vida cotidiana, ou seja, a acessibilidade parece ser algo que pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado.

A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL 2015) e o Decreto regulamentar nº 5.296 de 2004, formalizam acessibilidade como:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação (BRASIL, 2004).

As dimensões da acessibilidade são arquitetônica, comunicacional, atitudinal, pragmática, metodológica e instrumental (SASSKI, 2009, p. 01). As condições de acessibilidade presentes na estrutura física das instituições, como escolas e universidades devem estar relacionadas às políticas inclusivas das estruturas administrativas, e precisam refletir uma atitude de luta contra a exclusão e evitando barreiras, mas, a cultura de incorporar o outro, o diferente, ainda está sendo formada (MANZINI, 2005, p. 32).

A escola como ambiente educativo inclusivo requer condições que garantam o acesso e a participação autônoma de todos os alunos às suas dependências e atividades de formação. Brasil (2009, p.09). “[...] A inclusão escolar não afeta, de fato, apenas as questões pedagógicas. Um ensino de qualidade, [...], tem, por detrás de sua organização, uma infraestrutura física e operacional compatível com a capacidade de as diferenças diferirem infinitamente”. Desta forma almejamos uma escola de conta de todos à educação.

**METODOLOGIA**

Trabalho de caracterização (VOLPATO, 2017) com abordagem qualitativa. Minayo (2000, p. 21-22) a abordagem qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, nem reduzido a operacionalização de variáveis, pois abrange o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos indivíduos sobre determinado fenômeno. Realizamos uma revisão bibliográfica nas base dados disponíveis no portal CAPES, como Scielo, repositórios da UFMS e outros de artigos e teses tendo como critério os dez últimos anos e palavras-chaves “ACESSIBILIDADE ESCOLAR” o idioma de critério foi língua portuguesa. A revisão bibliográfica de acordo com Santos e Candeloro (2006, p. 43) “é denominada de Revisão de literatura [...] é parte de um projeto de pesquisa, que revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico.” A análise das informações baseou-se na análise de conteúdo (BARDIN, 2011) que torna possível numa pesquisa qualitativa detectar a existência ou não de uma característica de conteúdo ou de fragmento de mensagem sobre um determinado tema.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Fazendo uso da Análise de Conteúdo na pré-exploração do material encontramos 156 artigos revisados por pares que reportaram a palavra acessibilidade e na exploração dos materiais 31 com acessibilidade escolar para a leitura dos resumos, com a temática analisada pela categorização e subcategorização cinco foram lidos na íntegra apresentados a seguir:

O estudo de Filho e Kassar (2019) objetivou analisar a acessibilidade arquitetônica em escolas públicas, na perspectiva do cumprimento de diretos humanos fundamentais, tais como, o reconhecimento como pessoa, o recebimento de instrução/educação, a liberdade de locomoção e a segurança pessoal, entre outros. Concluíram que a rede municipal tem se organizado para cumprir as metas dos programas do governo federal no tocante à acessibilidade arquitetônica na escola. Porém, as alterações realizadas não garantem os fins propostos.

No estudo de Castro et al (2018) que investigou a acessibilidade e adaptações estruturais em 14 escolas estaduais de um município mineiro, a conclusão foi de que indubitavelmente há necessidade de melhoria das condições de acessibilidade na rede educacional. Necessita implantar medidas adaptativas para tornar presente meios de inclusão e acessibilidade da pessoa com necessidades especiais.

Santos e Capellini (2021) objetivou verificar as condições da infraestrutura física escolar de um sistema municipal de ensino fundamental, considerando os alunos público-alvo da educação especial, os resultados apontaram que a análise in loco difere do ponto de vista dos gestores. Houve concordância sobre a necessidade de ampliação e melhoria da infraestrutura física, disponibilidade de recursos materiais e recursos adaptados, principalmente na classe comum.

Estudo de Rodrigues, Bernardino e Moreira (2022) visou identificar as principais barreiras excludentes na vida do estudante jovem e adulto com deficiência e discutir o papel da escola e da Universidade como instituições pública no combate à discriminação e preconceito, gerados pela falta de acessibilidade atitudinal. Os resultados indicaram que a barreira atitudinal tem sido a mais difícil de transpor, levando à falta de acessibilidade no espaço escolar e universitário para prosseguir com os estudos e a profissionalização.

Por fim, no estudo de Santos et al. (2020) buscou discutir a acessibilidade e a tecnologia assistiva nas salas de recursos multifuncionais, apontou que apesar da falta de cumprimento das políticas de inclusão nas escolas e salas de recursos multifuncionais, um dado satisfatório sobre tecnologia assistiva destaca que a disponibilização e uso desses materiais escolares e recursos pedagógicos adaptados significam a diferença entre o educando com deficiência poder ou não participar e aprender junto com os demais colegas.

**CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

O estudo como considerações parciais sobre acessibilidade não tem recebido a devida atenção como fator crucial para a educação inclusiva e equitativa, pois o contexto escolar necessita de muitas melhorias para tornar-se mais acessível. Dos 156 trabalhos encontrados após realização de etapas da análise cinco destes corresponderam aos objetivos, dois foram realizados no Sudeste em escola do Ensino Fundamental, um no Centro-oeste em escola do ensino fundamental e dois no Norte, Porto Velho e Manaus, os quais avaliaram a acessibilidade nas escolas públicas e incluindo as Salas de Recursos. Uma educação de qualidade para todos é pressuposto de um futuro melhor para a sociedade e garante que todos sejam respeitados nas suas especificidades e necessidades educacionais. No entanto, o que vemos ainda é bem distante dessa premissa de qualidade da educação.

**EFERÊNCIAS**

BARDIN, Laurence**. Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2011.

BRASIL. **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 04/07/2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. de 6 de julho de 2015.

MANZINI, Eduardo José. **Inclusão e acessibilidade**. In: Revista da Sobama. v.10, n. 1. p. 31-36. 2005. Suplemento.

MANZINI, Eduardo José; CORRÊA, Priscila Moreira. **Avaliação de acessibilidade na educação infantil e no ensino superior**. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 17 Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ONU/UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Em 16 de junho de 2023.

SANTOS, V. D.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos Acadêmicos:** Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre/RS: AGE Ltda, 2006. 149 p

SASSAKI, R. K. **Inclusão: o paradigma do século XXI.** Inclusão - Revista da Educação Especial, v.1, n.1, p.19-23, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf. Acesso em: 07 jun. 2022.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

FILHO, Daniel Mendes da Silva; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Acessibilidade nas escolas como uma questão de direitos humanos** 1 Revista Educação Especial, vol. 32, 2019, Janeiro-Dezembro, p.1-19 Universidade Federal de Santa Maria –Brasil. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313158902027. Acesso em 04/07/2023.

CASTRO, Gisélia Gonçalves de. et al. **Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: um estudo sobre acessibilidade e adaptações estruturais.** Revista Educação Especial | v. 31 | n. 60 | p. 93-106 | jan./mar. 2018. Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> http://dx.doi.org/10.5902/1984686X13590. Acesso em 04/07/2023.

SANTOS, C. E. M. dos, & CAPELLINI, V. L. M. F. **Inclusão escolar e infraestrutura física de escolas de ensino fundamental**. Cadernos de Pesquisa, 51, Artigo e07167. São Paulo, (2021). Disponível em: https://doi.org/10.1590/198053147167.

RODRIGUES, M.; BERNARDINO, J. L. F.; MOREIRA, M. V. **Barreiras atitudinais: A exclusão que limita a acessibilidade de pessoas com deficiência.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1311-1326, abr./jun. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v17i2.15058.

MATOS, M. A. de S.; SANTOS, C. B. SOUZA, D. B. de; SADIM, G. P. T.. **Os recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva na sala de recursos multifuncionais nas escolas municipais de Manaus/AM.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. esp. 1, p. 932-947, maio 2020. e-ISSN: 1982-5587. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp.1.13509

1. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Linha 3 Educação Inclusiva Educação Especial e Direitos Humanos na Amazônia. [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutor em Educação Física e Esporte, Professor adjunto da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. [↑](#footnote-ref-2)